



INFORMATIVO

MAIO | 2025

# podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**NELY AQUINO INTEGRA COMISSÃO ESPECIAL QUE IRÁ ANALISAR O NOVO PLANO PARA EDUCAÇÃO**

PÁG. 6

**ARTIGO: Úlcera do INSS precisa ser superada**

## EXPEDIENTE

### LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:**  
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

**Presidente Nacional do Podemos:**  
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

**Chefe de Gabinete:**  
Fábio de Souza Oliveira

**Secretário Nacional de Comunicação:**  
Bruno Valente

**Coordenador de Comunicação:**  
Alisson Esteves

**Jornalista Responsável:**  
Marília Jardim

**Revisão Geral:**  
Daniel Roriz


**Diagramação e Arte:**  
Maura Mosquera

#### **Colaboradores:**

Colaboradores: Augusto Sobrinho, Brunna Morais, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Luisa Barros, Mário Agra, Mayara Oliveira, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois e Valéria Amaral.

## SUMÁRIO

- 4** Nely Aquino integra Comissão especial que irá analisar o novo plano para educação
- 6** ARTIGO: Úlcera do INSS precisa ser superada
- 8** Ruy celebra assinatura de acordo Brasil-China e avanços para saúde pública
- 10** Ouvidor-Geral da Câmara, Gilson Daniel garante escuta ativa e participação social
- 12** Líder Gambale participou de missão oficial em Pequim e reforçou relações comerciais entre Brasil e China
- 14** Valença pode se tornar a Capital Nacional do Cravo
- 16** Deputado Dr. Victor Linhalis defende PEC 17/2025 como avanço essencial para a Segurança Pública
- 18** Bruno Ganem propõe penas mais severas para furto, roubo e sequestro de animais
- 20** Marcon: fraude contra aposentados precisa de investigação no Congresso
- 22** Deputada comemora vitória da enfermagem: fim da formação EAD para categoria
- 24** Câmara debate projeto que concede título de “Cidade da Fé” a São João do Cariri
- 26** Deputado Hauly comemora a revolução no campo nos 50 anos da Embrapa Soja em Londrina
- 28** Escolas deverão capacitar professores e funcionários para primeiros socorros em saúde mental
- 30** Sargento Portugal propõe criminalizar “taxas do crime” a moradores e comerciantes
- 32** ARTIGO: Aposentadoria para mães atípicas - justiça, reconhecimento e dignidade
- 34** ARTIGO: Maio, mês das mães – A força das mulheres que transformam



“Nosso papel aqui será ouvir a sociedade, especialistas e educadores para construir um plano que reflita os verdadeiros anseios do povo brasileiro e que coloque a educação no centro do desenvolvimento nacional”

# NELY AQUINO INTEGRA COMISSÃO ESPECIAL QUE IRÁ ANALISAR O NOVO PLANO PARA EDUCAÇÃO

A deputada Nely Aquino (MG) assume a missão como membro titular da Comissão Especial que irá analisar o novo Plano Nacional de Educação (PNE) decênio 2024-2034, que estabelece 18 objetivos a serem cumpridos até 2034.

“O PNE é o principal instrumento de planejamento das políticas públicas educacionais no Brasil, e, nesta nova etapa, ele traz como focos centrais a garantia do direito à educação, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a valorização dos profissionais da educação, a superação das desigualdades educacionais e o fortalecimento da gestão democrática”, reforça a parlamentar.

Nely garante que a construção do novo texto exige empenho de todos os membros do colegiado e também de toda sociedade que está comprometida com educação de milhares de brasileiros.

“Nosso papel será ouvir a sociedade, especialistas e educadores para construir um plano que reflita os verdadeiros anseios do povo brasileiro e que coloque a educação no centro do desenvolvimento nacional”, esclarece a deputada.

## Novo PNE

O projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE) prevê 18 objetivos que deverão ser cumpridos até 2034 nas áreas de educação infantil, alfabetização, ensinos fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica.

Conheça alguns dos objetivos do PNE:

1 – ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola;

2 – garantir a qualidade da oferta de educação infantil;

3 – assegurar a alfabetização ao final do 2º segundo ano do ensino fundamental para todas as crianças;

4 – assegurar que crianças, adolescentes e jovens concluam o ensino fundamental e médio na idade regular;

5 – garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e médio;

6 – ampliar a oferta de educação em tempo integral na rede pública;

7 – promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação;

8 – garantir o acesso, a qualidade e a permanência em todos os níveis e modalidades da educação indígena, quilombola e do campo;

9 – garantir o acesso, a oferta e a aprendizagem dos alunos da educação especial e bilíngue de surdos;

10 – assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para todos os jovens, adultos e idosos;

11 – ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica;

O novo plano substituirá o que está atualmente em vigor (2014-2024), que teve sua vigência prorrogada até o fim deste ano.

## Comissão especial

A comissão será integrada por 34 deputados titulares e igual número de suplentes.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

A prioridade do Podemos é colocar a educação no centro do desenvolvimento nacional. Estamos juntos, deputada Nely Aquino!

ARTIGO - RENATA ABREU | Deputada federal (Podemos-SP)

# ÚLCERA DO INSS PRECISA SER SUPERADA

O Brasil acordou mais uma vez com a velha ferida aberta: o desvio de dinheiro público que deveria estar no bolso de quem mais precisa. A fraude bilionária no INSS, revelada pela Operação Sem Desconto, escancarou a perversidade de um sistema que há décadas permite o roubo da minguada aposentadoria dos brasileiros.

São R\$ 6,3 bilhões desviados. R\$ 2,8 bilhões em descontos indevidos só em 2024. Mais de 1,4 milhão de beneficiários lesados – a maioria idosos, doentes, analfabetos, indígenas, moradores de áreas rurais. Gente vulnerável, esquecida, que mal consegue chegar a uma agência da Previdência, quanto mais brigar para reaver o que lhe foi tirado indevidamente.

Esses golpes não são novidade. São décadas de esquemas, carimbos falsos, “mortos-vivos”, “idosos de aluguel”, servidores corruptos, advogados cúmplices, associações fantasmas... Tudo sob um sistema falho, que nunca fecha a torneira do desvio.

Desde que passou a se chamar Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 1990, o órgão responsável por proteger aposentados e pensionistas tem sido, infelizmente, alvo recorrente de fraudes. A mais emblemática ocorreu nos anos 1990 e envolveu a procuradora Jorgina de Freitas. À época, ela liderava um esquema que forjava processos para desviar indenizações milionárias. Fugiu do país após ser condenada, foi capturada seis anos depois na Costa Rica e obrigada a devolver parte dos valores desviados. O escândalo, até então considerado o maior da história da Previdência, virou referência – até agora.

Três décadas depois, a história se repete com números ainda mais alarmantes. A Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, revelou um novo e sofisticado esquema que envolvia entidades sindicais, servidores e procuradores. Juntos, criaram um sistema de descontos ilegais nos aposentados, com foco justamente nos mais vulneráveis: idosos, pessoas com deficiência, moradores da zona rural, analfabetos e indígenas.

E não se trata de um caso isolado. De 2016 a 2024, os descontos indevidos se multiplicaram, ultrapassando os

bilhões. A partir de 2023, o salto foi assustador. Mais de 90% dos beneficiários atingidos disseram nunca ter autorizado nenhum desconto. A maioria nem sabia que estava filiada a qualquer associação. Enquanto isso, as denúncias aumentam, dirigentes caem, mas os esquemas continuam operando – e lucrando.

É escandaloso. E, acima de tudo, inaceitável. Roubar aposentado é roubar duas vezes: o dinheiro e a dignidade de quem já deu tudo por este país.

O sistema está doente, e a resposta não pode ser protocolar. A queda do presidente do INSS, embora necessária, não basta. É preciso reestruturar o órgão, desmontar a engrenagem da fraude e criar barreiras tecnológicas e legais que blindem os benefícios contra esse tipo de crime.

O Brasil precisa enfrentar essa chaga como prioridade nacional. Isso inclui auditorias independentes, cruzamento inteligente de dados, responsabilização ágil e devolução integral dos valores roubados. E com urgência! Não há mais espaço para medidas paliativas. A corrupção no INSS é sistemática, recorrente e cruel. Cada dia de omissão significa mais sofrimento para quem depende desse dinheiro para comprar remédio, pagar aluguel, colocar comida na mesa.

Fechar a torneira da corrupção é mais do que uma necessidade administrativa. É um imperativo moral. A aposentadoria conquistada com suor não pode continuar sendo desviada por quadrilhas travestidas de representação sindical.

Estamos cobrando celeridade nas investigações, transparência nos dados e a criação de um fundo de reparação para as vítimas. Porque quem trabalhou uma vida inteira não pode ser tratado como número, e muito menos como alvo fácil.

O Brasil precisa, com urgência, virar essa página. Nós, como representantes dos brasileiros no Congresso Nacional, seguiremos cobrando até que isso aconteça.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

Quem diz que não gosta de política, na verdade, está dizendo que não gosta de decidir o futuro do seu país.

**“Fechar a torneira da corrupção é mais do que uma necessidade administrativa. É um imperativo moral”**



**“A transferência de tecnologia chinesa e a produção dos equipamentos em solo brasileiro vão garantir mais qualidade e precisão aos serviços oferecidos ao nosso povo”**

# RUY CELEBRA ASSINATURA DE ACORDO BRASIL-CHINA E AVANÇOS PARA SAÚDE PÚBLICA

A assinatura de acordos bilaterais voltados para a área de saúde entre Brasil e a China foi celebrada pelo deputado Ruy Carneiro (PB), que representa a Câmara em agenda institucional da comitiva brasileira no país asiático. Entre as iniciativas previstas pela parceria firmada com as empresas chinesas, estão o desenvolvimento de novos equipamentos médicos no Brasil, a transferência de tecnologia para empresas brasileiras e a produção de vacinas.

“Esse é um marco importante para o avanço tecnológico voltado para o segmento de saúde no Brasil. A transferência de tecnologia chinesa e a produção dos equipamentos em solo brasileiro vão garantir mais qualidade e precisão aos serviços oferecidos ao nosso povo.

Além dos reflexos positivos nos atendimentos médicos, o desenvolvimento desse mercado também representa mais emprego, renda e fortalecimento da economia nacional”, pontou Ruy Carneiro.

Além dos memorandos de entendimento na área de equipamentos de imagem, ainda foram assinados acordos para construção de uma grande plataforma industrial de insumos farmacêuticos ativos no Brasil. O país também vai ganhar um centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento de vacinas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Tem que ser apurado. Tem que devolver o que foi roubado!

# OUVIDOR-GERAL DA CÂMARA, GILSON DANIEL GARANTE ESCUTA ATIVA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nomeado Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados, Gilson Daniel, do Espírito Santo, garante que a ouvidoria parlamentar será um espaço de escuta ativa, promoção do diálogo e participação social ao tratar as demandas dos cidadãos. Como canal de comunicação entre o cidadão e a instituição, o espaço pretende aperfeiçoar os serviços prestados e aprimorar a administração pública.

“Queremos dar voz aos cidadãos, de maneira que eles possam participar ativamente do processo legislativo e tenham as orientações necessárias para encaminhar suas demandas. Vamos trabalhar para garantir mais transparência, construindo uma política municipalista, participativa e comprometida com resultados”, afirmou.

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, garante o direito de solicitar e receber informações de órgãos públicos para qualquer cidadão ou entidade, de forma totalmente gratuita. Esse livre acesso aos dados públicos permite que todos os cidadãos tenham a capacidade de fiscalizar, monitorar, conhecer e discutir as ações das entidades públicas. Dessa forma, dentre as principais atividades propostas pelo novo ouvidor, está a realização de um ciclo de debates sobre matérias de relevante interesse

social com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o Poder Legislativo e a sociedade.

## A Ouvidoria

A Ouvidoria é o órgão que garante o diálogo entre os cidadãos, servidores e colaboradores e a Câmara dos Deputados. Ela atua na resolução das demandas (elogio, reclamação, sugestão administrativa e denúncia), encaminhando-as ao setor mais adequado e cobrando respostas. Também promove estudos, pesquisas, consultas e audiências públicas.

Como função principal, a ouvidoria recebe, analisa, encaminha e responde às manifestações dos cidadãos, sendo o ponto de entrada para questões amplas do setor público. Por meio da Ouvidoria Parlamentar, a sociedade pode acompanhar, questionar, fiscalizar e entender melhor o funcionamento do governo, além de participar ativamente da tomada de decisão. É um instrumento indispensável no exercício do controle social do Estado, trazendo mais rapidez e facilidade de acesso às informações de interesse público.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O papel da Ouvidoria da Câmara e do ouvidor-geral, deputado Gilson Daniel, é aproximar você das decisões que moldam o futuro do país.



**“Queremos dar voz aos cidadãos, de maneira que eles possam participar ativamente do processo legislativo e tenham as orientações necessárias para encaminhar suas demandas.**



**“Elas abrem portas, aproximam o Brasil de grandes potências e garantem que nossos produtos ganhem mais espaço no mercado global. Isso significa mais empregos, renda e desenvolvimento para o nosso país”.**

# LÍDER GAMBALE PARTICIPOU DE MISSÃO OFICIAL EM PEQUIM E REFORÇOU RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

O deputado Rodrigo Gambale (SP) integrou a missão oficial da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) em Pequim, entre os dias 11 e 14 de maio, com o objetivo de fortalecer as relações comerciais entre Brasil e China. Durante a visita, o líder do Podemos na Câmara reforçou a importância do diálogo internacional como ferramenta estratégica para impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

O líder destacou que, em 2024, o Brasil registrou um saldo positivo de US\$ 30 bilhões na balança comercial com a China, que permanece como o maior parceiro econômico do país. Apenas em 2023, o comércio bilateral entre as duas nações movimentou mais de US\$ 157 bilhões, consolidando a China como principal destino das exportações brasileiras. Entre os produtos de maior destaque estão a soja (US\$ 31,5 bilhões), o petróleo (US\$ 20 bilhões) e o minério de ferro (US\$ 19 bilhões).

A missão em Pequim representou uma oportunidade estratégica para aproximar o Brasil das grandes potências econômicas e abrir novos canais de

comércio. Para Gambale, iniciativas como essa são fundamentais: “Elas abrem portas, aproximam o Brasil de grandes potências e garantem que nossos produtos ganhem mais espaço no mercado global. Isso significa mais empregos, renda e desenvolvimento para o nosso país”.

Além de reforçar laços institucionais, a comitiva também buscou atrair investimentos, ampliar oportunidades para pequenos e médios empreendedores e promover o protagonismo do Brasil no cenário internacional.

O líder, que representou o partido Podemos na missão, defende que o crescimento econômico passa por iniciativas que conectem o país ao mundo. A participação de Gambale na missão à China reforça seu compromisso com o futuro e com a construção de uma agenda econômica integrada, moderna e competitiva.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

Você sabe o que faz um líder de bancada?

# VALENÇA PODE SE TORNAR A CAPITAL NACIONAL DO CRAVO

O reconhecimento oficial de Valença, na Bahia, como a “Capital Nacional do Cravo-da-Índia” pode facilitar o acesso a recursos e programas de fomento para a agricultura, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O Projeto de Lei 2127/2025, de autoria do deputado Raimundo Costa (BA) tramita na Câmara dos Deputados.

A iniciativa pode estimular parcerias entre o poder público, instituições de ensino e pesquisa, a iniciativa privada e principalmente os agricultores, visando ao aprimoramento da cadeia produtiva, à ampliação do mercado consumidor e à promoção do turismo rural e cultural na região.

“Reconhecer Valença como a Capital Nacional do Cravo-da-Índia é valorizar a identidade agrícola da região e abrir portas para investimentos, inovação e desenvolvimento. Essa iniciativa fortalece nossos produtores e projeta a Bahia no cenário nacional”, comentou o autor do projeto.

Autor do requerimento de proposta a criação do Projeto de Lei pelo deputado Raimundo Costa, vereador Ryan Costa (Podemos), celebra. “O cultivo do cravo valenciano se destaca no Brasil e é orgulho dessa terra, gerando emprego e renda a muitas famílias e agora o título de capital nacional vai facilitar o acesso a recursos e programas de fomento para a agricultura”.

Segundo o texto, a produção de cravo-da-índia no Brasil é concentrada, com quase 100% da produção ocorrendo no estado da Bahia, especialmente na região do

Baixo Sul com destaque para os municípios Valença, Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha, Camamu, Teolândia, Pirai do Norte e Wenceslau Guimarães.

Dos 22 municípios baianos produtores da especiaria, Valença responde por 40,9% do valor total da produção nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Iniciativas de pesquisas

O IF Baiano, sediado no município, desenvolve projetos de pesquisa extensão com a cultura do cravo-da-índia, com financiamento de instituições como a Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesp).

Além disso, instituições como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, EMBRAPA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz tem somado esforços em parceria de pesquisa para o desenvolvimento da cadeia produtiva no Baixo Sul da Bahia. Igualmente, o município sedia a Associação dos Produtores de Cravo (Aprocravo), entidade que representa e articula os interesses dos produtores da região.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou um avanço importante: o INSS terá até 10 dias úteis para analisar a documentação de quem solicita o seguro-defeso.



**“Reconhecer Valença como a Capital Nacional do Cravo-da-Índia é valorizar a identidade agrícola da região e abrir portas para investimentos, inovação e desenvolvimento”**

A man in a blue suit and tie is speaking into a microphone. He is holding a tablet computer in front of him. The background is dark with vertical white lines.

**“Estamos falando de dar estrutura, reconhecimento e respaldo legal a um sistema que precisa funcionar de forma unificada para proteger o cidadão”**

# DEPUTADO DR. VICTOR LINHALIS DEFENDE PEC 17/2025 COMO AVANÇO ESSENCIAL PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2025, de coautoria do deputado Dr. Victor Linhalis, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, visa estabelecer um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) na Constituição Federal, criando uma estrutura mais integrada e eficiente para o enfrentamento da criminalidade no Brasil.

O parlamentar, reconhecido por sua atuação em defesa da segurança pública, enfatiza que a PEC é “extremamente importante e necessária”, ressaltando que a medida representa um avanço significativo na organização e no fortalecimento das políticas de segurança no país.

Segundo Dr. Victor, a proposta representa um marco para a modernização e integração das forças de segurança no Brasil. “A PEC 17 é extremamente importante e necessária para a Segurança Pública. Estamos falando de dar estrutura, reconhecimento e

respaldo legal a um sistema que precisa funcionar de forma unificada para proteger o cidadão”, afirmou.

Entre as principais alterações propostas pela PEC estão a constitucionalização do SUSP, a inclusão do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário na Constituição, e a ampliação das atribuições da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, a proposta prevê a regulamentação das guardas municipais, reconhecendo-as como parte integrante do sistema de segurança pública e estabelecendo suas competências e atribuições.

A expectativa é que a PEC avance nas comissões do Congresso, tornando-se uma prioridade na agenda legislativa e contribuindo para uma segurança pública mais eficaz e integrada em todo o país.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Municipalismo é colocar a sua cidade em primeiro lugar.

# BRUNO GANEM PROPÕE PENAS MAIS SEVERAS PARA FURTO, ROUBO E SEQUESTRO DE ANIMAIS

O deputado Bruno Ganem (SP) apresentou um projeto de lei que propõe a criação de tipos penais específicos para o furto, roubo e sequestro de animais domésticos. A proposta altera o Código Penal, o Código Civil e a Lei de Crimes Ambientais para reconhecer a gravidade dessas condutas, que têm se tornado cada vez mais frequentes.

“Animais são membros da família. Quem furta, rouba ou sequestra um pet causa sofrimento real e precisa ser punido com o rigor da lei”, afirma Ganem, justificando a apresentação do Projeto de Lei 1916/2025.

Atualmente, esses crimes são enquadrados como furtos patrimoniais comuns, desconsiderando o impacto emocional e o vínculo afetivo entre os tutores e seus animais. Para o parlamentar, essa lacuna na legislação contribui para a impunidade e para o aumento dos casos.

O projeto propõe penas rigorosas: de 3 a 8 anos para furto, de 5 a 12 anos para roubo com violência e de 6 a 15 anos para sequestro de animal doméstico, com

agravantes em caso de lesão ou morte do animal. A proposta também prevê a responsabilização de pessoas jurídicas, como pet shops, clínicas veterinárias ou transportadoras, que contribuirão com esses crimes.

Além das mudanças no Código Penal, Bruno Ganem também propõe alteração no Código Civil para que os animais não sejam mais tratados como objetos, mas sim como seres sencientes.

“Já passou da hora de o Brasil reconhecer os animais como seres com sentimentos e direitos básicos. Eles não são coisas”, defende o parlamentar.


Casos recentes, como o roubo violento de um cachorro em São Paulo, o sequestro de um cão com pedido de resgate em Belo Horizonte e o furto de gatos em condomínios, reforçam a urgência da proposta.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Você sabia que 15% de todo o tráfico de animais do mundo acontece no Brasil?  
E que 9 em cada 10 animais retirados da natureza não sobrevivem?

A portrait of a man with short dark hair, wearing a grey suit jacket, a light blue shirt, and a yellow patterned tie. He is smiling slightly and looking towards the camera. A blue brushstroke graphic is overlaid at the bottom of the image, containing white text.

**“Já passou da hora de o Brasil reconhecer os animais como seres com sentimentos e direitos básicos. Eles não são coisas”**



**“Esta Casa não pode se omitir diante de um roubo que, ao que tudo indica, chega próximo aos R\$ 100 bilhões”**

# MARCON: FRAUDE CONTRA APOSENTADOS PRECISA DE INVESTIGAÇÃO NO CONGRESSO

Em discurso na Câmara dos Deputados, o deputado Maurício Marcon (RS) denunciou o que classificou como uma “fraude bilionária” os casos dos empréstimos consignados de aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo o parlamentar, cerca de R\$ 90 bilhões podem ter sido desviados apenas em 2023, afetando especialmente idosos e pessoas acamadas no interior do país.

“Esse dinheiro foi tirado dos mais humildes, tirado do pão dos mais pobres!”, afirmou Marcon, que criticou duramente a ausência de apoio à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

Marcon também apresentou um projeto para proteger os aposentados de descontos indevidos, propondo a obrigatoriedade de autorização presencial em agências do INSS para qualquer tipo de débito na conta dos beneficiários.

A proposta do parlamentar está prevista no Projeto de Lei 2073/2025.

O deputado finalizou cobrando providências da Câmara dos Deputados e lembrando ao presidente da Casa, Hugo Motta, que legislar e fiscalizar são atribuições fundamentais do Parlamento. “Esta Casa não pode se omitir diante de um roubo que, ao que tudo indica, chega próximo aos R\$ 100 bilhões”, concluiu.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Empréstimos consignados que deveriam ajudar aposentados viraram caso de fraude! Dinheiro que era para estar no bolso de quem mais precisa.

# DEPUTADA COMEMORA VITÓRIA DA ENFERMAGEM: FIM DA FORMAÇÃO EAD PARA CATEGORIA

Graças à mobilização e ao trabalho da deputada Enfermeira Ana Paula (CE) os estudantes do curso de enfermagem garantem formação presencial, concretizando assim o fim do ensino à distância.

A parlamentar teve papel essencial ao compor a linha de frente dessa causa, trabalhando em conjunto com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) garantiu ensino mais sólido e responsável para milhares de profissionais que salvam vidas.

“Pautas como essa são fundamentais para que a população seja atendida por profissionais com conhecimento técnico e vivência prática. Não se forma cuidadores de vidas por vídeo”, afirmou a deputada.

O Ministério da Educação (MEC) publicou, na segunda-feira (19), as diretrizes da nova Política Nacional de Educação a Distância, com o objetivo de regulamentar os cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior e conter o avanço descontrolado da modalidade EAD em áreas que exigem prática e vivência direta com a população.

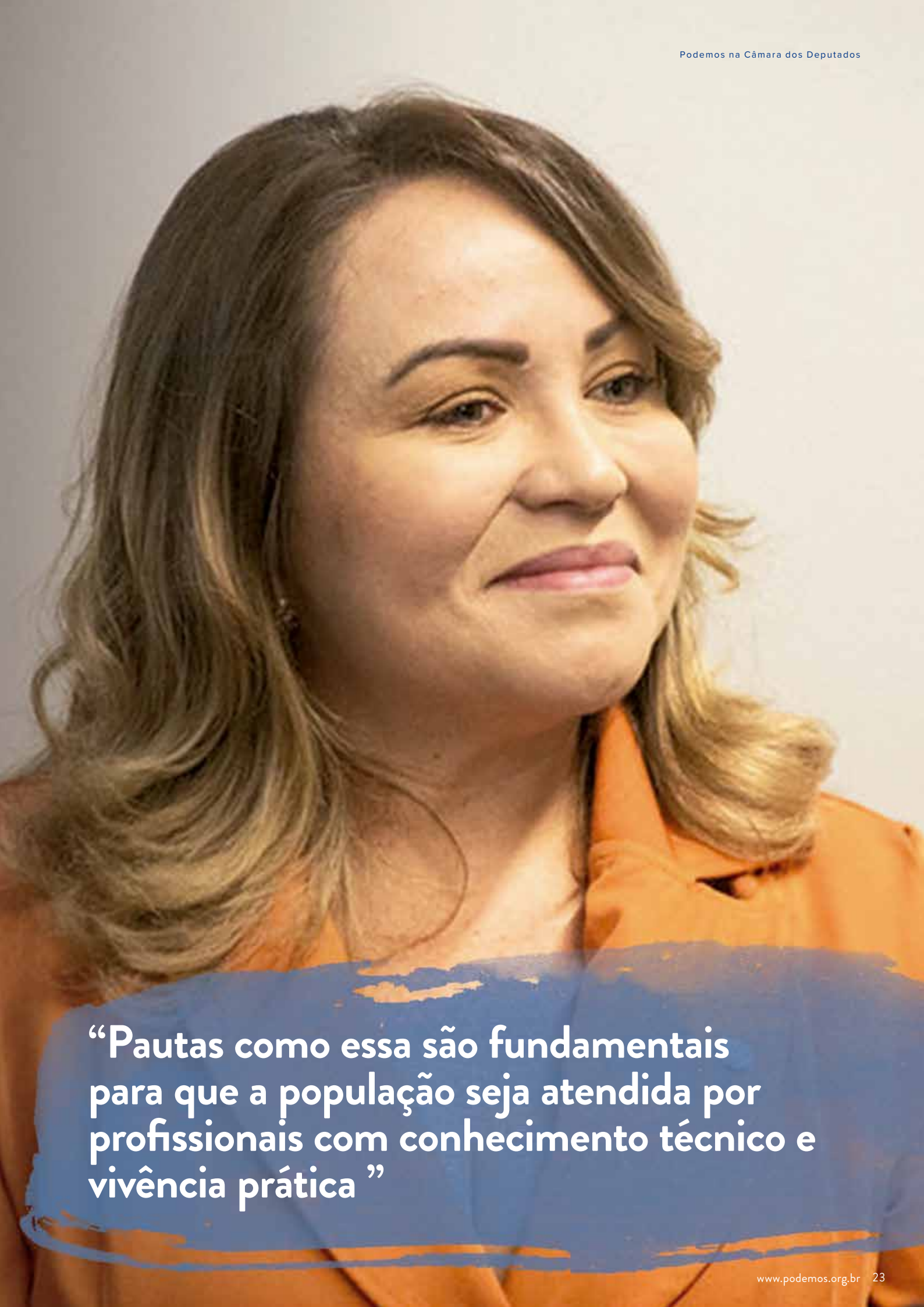
Além da Enfermagem, o MEC determinou que os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Direito também sejam ofertados exclusivamente no formato presencial, fortalecendo a qualidade do ensino superior em áreas essenciais à vida e aos direitos da população.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Com apoio da deputada Enfermeira Ana Paula, dos enfermeiros do país e de todos que defendem uma saúde de qualidade, conseguimos garantir que o curso de Enfermagem continue 100% presencial.



**“Pautas como essa são fundamentais para que a população seja atendida por profissionais com conhecimento técnico e vivência prática”**



“Nosso objetivo com essa proposta é fomentar o turismo religioso, gerar desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, preservar e exaltar a fé de um povo que faz da devoção uma força cotidiana”

# CÂMARA DEBATE PROJETO QUE CONCEDE TÍTULO DE “CIDADE DA FÉ” A SÃO JOÃO DO CARIRI

*Proposta do deputado Romero Rodrigues reconhece a tradição religiosa e o potencial turístico do município paraibano*

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realizou no mês de maio uma audiência pública para discutir a proposta de concessão do título de “Cidade da Fé” ao município de São João do Cariri, no Cariri paraibano. A iniciativa é do deputado federal Romero Rodrigues (Podemos-PB), que propôs o reconhecimento oficial da cidade como um dos principais polos de religiosidade do Nordeste.

A audiência reuniu representantes do município, lideranças religiosas e parlamentares, que destacaram o papel histórico e cultural da fé na vida da população caririzeira. Segundo Romero Rodrigues, a concessão do título reforça a identidade da cidade e estimula o turismo religioso, gerando desenvolvimento sustentável e valorizando a cultura local.

“Essa cidade histórica, de uma religiosidade muito forte, muito viva, merece o reconhecimento nacional como a Cidade da Fé. Não apenas pela tradição católica de mais de um século, mas também pela convivência harmoniosa entre diversas expressões religiosas que fortalecem o

tecido social do município”, afirmou o parlamentar.

Tradição - São João do Cariri é uma das cidades mais antigas da Paraíba e se destaca por eventos como a tradicional Festa de Nossa Senhora dos Milagres, realizada há mais de 275 anos, que atrai anualmente cerca de 100 mil devotos. O município também celebra a Semana da Cultura Evangélica, em um exemplo de ecumenismo e respeito entre as diferentes manifestações de fé.

“Nosso objetivo com essa proposta é fomentar o turismo religioso, gerar desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, preservar e exaltar a fé de um povo que faz da devoção uma força cotidiana”, reforça Romero Rodrigues.

A proposta tramita na Comissão de Turismo e poderá seguir para outras comissões da Casa antes de ser votada em Plenário. Caso aprovada, o título de “Cidade da Fé” será oficialmente conferido a São João do Cariri, abrindo novas oportunidades para o desenvolvimento econômico e social da região.

**⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.**



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Podemos é o partido que dá voz aos municípios! Estamos lutando para renegociar dívidas e criar novas regras para o pagamento de precatórios, com mais justiça e equilíbrio.

# DEPUTADO HAULY COMEMORA A REVOLUÇÃO NO CAMPO NOS 50 ANOS DA EMBRAPA SOJA EM LONDRINA

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) era vereador em Cambé quando foi instalada, em 1975, a Embrapa Soja em Londrina, coincidentemente, 94 dias antes de ocorrer a grande geada que devastou a cafeicultura em dezenas de municípios paranaenses. Até então, Londrina era conhecida como a “Capital Mundial do Café”.

Para Hauly, essa importante instituição de pesquisa só chegou à Londrina devido ao decisivo empenho do governador Jayme Canet, do Secretário da Agricultura Paulo Carneiro Ribeiro (com o apoio de Raul Juliatto e Florindo Dalberto, ambos diretores do Iapar). A mudança para a sede própria, no distrito da Warta, teve o apoio dos senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, e do prefeito Wilson Moreira.

Hauly recorda que em 1975 eram produzidos apenas 11 milhões de toneladas de soja, e atualmente, são 170 milhões de toneladas, tornando o Brasil o maior produtor mundial de soja. Isso só foi possível graças à ciência agrícola nacional, liderada pela Embrapa.

A Embrapa Soja é hoje referência global no desenvolvimento de variedades adaptadas às regiões tropicais. “Até a década de 1970, a soja era uma cultura restrita a climas temperados e subtropicais, acima dos 30° de latitude. Com pesquisa e inovação, os cientistas da Embrapa romperam essas barreiras. A adoção do Manejo

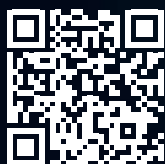
Integrado de Pragas (MIP-Soja) reduziu 50% no uso de inseticidas. Somente em 2023, essa tecnologia gerou uma economia estimada em US\$ 25 bilhões”.

“Como deputado federal e economista, sempre atuei em defesa do setor agropecuário. Em 1996, tive a honra de relatar a Lei Kandir, que isentou as exportações de produtos primários e semielaborados do ICMS, fortalecendo a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional”, afirma Hauly.

A ligação de Hauly com a Embrapa se aprofundou ao longo dos anos, especialmente através do diálogo com seus valiosos pesquisadores, entre eles o decano Décio Luiz Gazzoni - ex-chefe-geral da unidade e ex-diretor nacional desta instituição. “Resultado do trabalho que fiz junto à bancada paranaense no ano passado, conseguimos destinar R\$ 11,4 milhões em emendas parlamentares à Embrapa no Paraná, beneficiando tanto a unidade de Soja quanto a de Florestas”.


Para Hauly, “diante de tudo o que a Embrapa Soja - e as demais 45 unidades da empresa - tem feito pelo Brasil, o mínimo que o Governo Federal deveria garantir é um orçamento robusto, capaz de manter e ampliar as pesquisas que sustentam a produção de alimentos geram empregos e impulsionam nossa balança comercial”.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Deputado Hauly defende a criação de um fundo nacional para ajudar as Santas Casas e hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS.

A close-up portrait of an elderly man with thinning hair, wearing glasses and a dark blue suit jacket over a light blue shirt and a patterned tie. He is looking slightly to the right with a neutral expression. The background is blurred, showing other people in a formal setting.

**“Resultado do trabalho que fiz junto à bancada paranaense, em 2024 conseguimos destinar R\$ 11,4 milhões em emendas à Embrapa no Paraná”**



**“É preciso promover o acolhimento inicial e sigiloso dos alunos, professores e funcionários em sofrimento mental ou com transtorno mental e encaminhá-los ao atendimento especializado”**

# ESCOLAS DEVERÃO CAPACITAR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS PARA PRIMEIROS SOCORROS EM SAÚDE MENTAL

Proposta do deputado Fabio Macedo (MA) torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros em saúde mental de professores e funcionários de escolas públicas e privadas de educação básica e de recreação infantil.

De acordo com o parlamentar, a proposta (Projeto de Lei 711/2023) é para capacitar os profissionais da educação a fim de identificar e agir preventivamente em situações de emergências médicas até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível. “É preciso promover o acolhimento inicial e sigiloso dos alunos, professores e funcionários em sofrimento mental ou com transtorno mental e encaminhá-los ao atendimento especializado”, destaca.

A proposição prevê que os cursos de primeiros socorros nas escolas públicas deverão ser ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população.

No caso dos estabelecimentos privados, a capacitação de professores e funcionários deverá ser promovida por profissionais habilitados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), metade de todos os distúrbios mentais começa antes dos 14 anos, enquanto a maioria dos casos não é diagnosticada nem tratada. A depressão corresponde à terceira doença mais comum entre adolescentes. “Esse projeto é voltado a ações de precaução para garantir a eficácia dos primeiros socorros em saúde mental e evitar a discriminação e o constrangimento, comuns nas pessoas que sofrem com transtorno mental”, pontua.

O Projeto de Lei 711/2023 está pronto para pauta na Comissão de Educação.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Fabio Macedo propõe capacitação em primeiros socorros em saúde mental para professores e funcionários.

# SARGENTO PORTUGAL PROPÕE CRIMINALIZAR “TAXAS DO CRIME” A MORADORES E COMERCIANTES

Em resposta direta ao avanço de facções criminosas que impõem cobranças ilegais à população, o deputado Sargento Portugal (RJ) apresentou o Projeto de Lei 2192/2025 para tipificar, de forma autônoma e expressa, no Código Penal, o crime de exigência ou imposição de pagamentos ilícitos a moradores, comerciantes, condôminos ou prestadores de serviços por parte de organizações criminosas.

Segundo o texto, o novo artigo 158-A prevê pena de reclusão de 6 a 12 anos e multa para quem, de forma direta ou indireta, exigir valores com objetivo de obter vantagem econômica ilícita. A pena pode ser aumentada em até metade se houver coação física, vítimas em condição de vulnerabilidade ou uso de entidades como associações e condomínios para legitimar a cobrança.

“Não se trata apenas de extorsão. Trata-se de um modelo mafioso de dominação territorial que ameaça o Estado de Direito e transforma comunidades inteiras em reféns”, alerta o parlamentar.

O projeto também responsabiliza penalmente síndicos, administradores ou representantes que autorizem ou facilitem essas cobranças, inclusive quando a prática for votada em assembleia. A legislação proposta fecha o

cercos contra chefes de facção que incitem ou ordenem tais práticas, ampliando a pena em dois terços. Além disso, prevê punição para quem atrapalhar a prestação de serviços públicos, como água, luz e gás, com a intenção de manter controle criminoso sobre regiões.

A motivação do PL veio após um caso alarmante divulgado em maio de 2025: um condomínio em Madureira, zona norte do Rio, foi convocado a aprovar uma “taxa de convivência” de R\$ 1.800 mensais supostamente para manter a “paz comunitária” ao pagar uma facção criminosa local. A denúncia chocou o país e evidenciou a necessidade de uma resposta legislativa imediata. “Não vamos permitir que o crime organizado dite regras a moradores e comerciantes. O Estado tem que recuperar o controle”, reforça o parlamentar.

O PL 2192/2025 busca fechar lacunas legais e dar mais clareza para a atuação do Ministério Público e das forças de segurança. Com isso, o Congresso reafirma seu papel de defesa das liberdades civis e do combate ao crime organizado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Sargento Portugal propõe exatamente isso: reforçar a tecnologia a favor de quem protege você. Chega de ver nossos agentes em desvantagem diante do crime organizado!



**“Não vamos permitir que o crime organizado dite regras a moradores e comerciantes. O Estado tem que recuperar o controle”**

A man with dark hair, a beard, and glasses is speaking at a podium. He is wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a blue tie. A microphone is positioned in front of him. The background consists of vertical white bars.

**“Transformar cuidado em política pública é levar dignidade para as mães atípicas, e dignidade não pode ser privilégio, precisa ser um direito garantido em lei”**

ARTIGO - GLAUSTIN DA FOKUS | Deputado federal (Podemos-GO)

# APOSENTADORIA PARA MÃES ATÍPICAS - JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E DIGNIDADE

Ser mãe é um exercício diário de entrega, força e superação. Mas ser uma mãe atípica, que cuida integralmente de um filho neuroatípico, é assumir uma responsabilidade imensa, muitas vezes sozinha e sem reconhecimento. Neste mês das mães, precisamos ir além das homenagens: é hora de transformar a realidade dessas mulheres com políticas públicas concretas.

As mães atípicas abrem mão de suas profissões, rendas e projetos para garantir dignidade e desenvolvimento aos seus filhos. Não trabalham menos que ninguém, pelo contrário, acumulam jornadas exaustivas, sem férias, sem 13º, sem descanso e, pior, sem qualquer amparo legal. Isso precisa mudar!

Com esse olhar atento à dor e à coragem dessas mães, apresentei o Projeto de Lei 1225/2024, em análise na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara. O PL reconhece o direito à aposentadoria para mães atípicas, que hoje estão à margem do sistema previdenciário por se dedicarem exclusivamente ao cuidado de seus filhos neuroatípicos.

Hoje, até o trabalho doméstico é reconhecido com possibilidade de contribuição facultativa à Previdência Social. Já as mães atípicas, que prestam um serviço essencial à sociedade, sequer têm esse direito garantido. O que estamos propondo é justiça social, dignidade e reconhecimento.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,4% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem cerca de 2 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso representa não só uma demanda urgente por inclusão, mas também um número incalculável de mães sobrecarregadas e invisibilizadas.

A ausência de uma política previdenciária específica para essas mães escancara uma lacuna grave. Elas envelhecem sem segurança, enfrentam dificuldades extremas e, muitas vezes, sequer têm para quem pedir ajuda. O Estado precisa abrir os olhos.

A aprovação do PL 1225/2024 é um passo decisivo para corrigir essa injustiça. É o mínimo que podemos fazer por essas mães que, sem pedir nada em troca, entregam suas vidas por seus filhos. Dignidade não pode ser privilégio, precisa ser direito.

Vamos seguir mobilizando e lutando até que essa conquista se torne realidade. Como pai, parlamentar e cidadão, meu compromisso com as mães atípicas é permanente. Elas não podem mais esperar.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Mais do que palavras, nossa luta por dignidade às pessoas com TEA e suas famílias é feita de ação!



ARTIGO - NELY AQUINO | Deputada federal (Podemos-MG)

# MAIO, MÊS DAS MÃES – A FORÇA DAS MULHERES QUE TRANSFORMAM

Maio é um mês especial porque celebramos uma das figuras mais simbólicas da sociedade a MÃE. Ela cuida, educa, trabalha, enfrenta dificuldades e, às vezes, exerce múltiplos papéis, sendo profissional, esposa, filha e gestora de um lar.

Como mulher, mãe e parlamentar, sei bem o quanto a vida exige de nós. A maternidade é um dom, mas também é um desafio diário que envolve dedicação, resiliência e, sobretudo, amor. E para milhares de mulheres brasileiras, esse desafio é enfrentado em meio a desigualdades, à falta de apoio institucional e à sobrecarga mental e emocional.

Na política, infelizmente, essa realidade também se reflete. Somos poucas no Congresso Nacional, mas somos cada vez mais ouvidas e mais determinadas a transformar o cenário. Ser mulher na política ainda exige coragem para enfrentar preconceitos e resistência. Ser mãe e parlamentar, então, exige ainda mais equilíbrio e compromisso. Mas não abrimos mão de estar onde as

decisões são tomadas, porque sabemos que a nossa voz importa.

No mês dedicado às mães, gostaria de homenagear todas as mulheres do Brasil que, através de sua força silenciosa ou de seu esforço ativo, auxiliam no progresso do nosso país. Reitero meu compromisso com medidas que assegurem mais dignidade, segurança e oportunidades para as mulheres, especialmente para as mães, sejam elas mães, chefes de famílias ou cuidadoras. Celebrar o mês das mães também é uma oportunidade para refletir sobre o que ainda precisamos realizar, tanto como sociedade quanto como representantes do povo, para garantir que todas as mulheres possam ser mães com dignidade, segurança e apoio.

Às mães do Brasil, meu respeito, minha gratidão e minha luta diária no Parlamento.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# JUNTOS PODEMOS

 [podemos.org.br](https://podemos.org.br)

## SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 [contato@podemos.org.br](mailto:contato@podemos.org.br)      @podemos20

## SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 [juntos@podemos.org.br](mailto:juntos@podemos.org.br)      @podemos20

 **podemos**  
CÂMARA